

Doutrina

HISTORIOGRAFIA JURÍDICA E DIREITO CONSTITUCIONAL

Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy

PREVIDÊNCIA SOCIAL E O DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO: uma questão constitucional

Maria Garcia

CONCESSÕES E PERMISSÕES DO SERVIÇO PÚBLICO

Celso Ribeiro Bastos

PROTEÇÃO E GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS: alguns aspectos da atuação do ministério público

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

NATUREZA LEGAL E REGIME JURÍDICO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. DESCABIMENTO DA FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS POR SE TRATAR DE CORPORação QUE NÃO INTEGRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA E NÃO CONTA COM RECURSOS PÚBLICOS

Arnoldo Wald

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO LEGISLADOR. MITO OU REALIDADE?

Yone Frediani

O VIII LAUDO DO TRIBUNAL ARBITRAL AD HOC DO MERCOSUL E SEUS FUNDAMENTOS

Valerio de Oliveira Mazzuoli

DO "ESTADO LIBERAL" AO "ESTADO SOCIAL" - OCASO DO DIREITO PRIVADO?

João Alberto Schützer Del Nero

JUSTIÇA ELEITORAL E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Rogério Medeiros Garcia de Lima

LEGALIDADE E REGULAMENTOS ADMINISTRATIVOS NO DIREITO CONTEMPORÂNEO. UMA ANÁLISE DOCTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL

Alexandre Santos de Aragão

A INAPLICABILIDADE DA REGRA DO ART. 475, II, DO CPC (REEXAME NECESSÁRIO) À TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA *

Lauro Luiz Gomes Ribeiro

ESTUDOS SOBRE A POSIÇÃO HIERÁRQUICA DOS DECRETOS LEGISLATIVOS QUE INCORPORAM TRATADOS

Leonardo Avelino Duarte

ASPECTOS ESSENCIAIS DO FEDERALISMO

Rafael Munhoz de Mello

CORRUPÇÃO E FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS

Monica Herman Salem Caggiano

APROXIMAÇÃO DO DIREITO SOCIETÁRIO ENTRE OS ESTADOS-MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA

Celso Maran de Oliveira e Tereza de Almada Menezes

Jurisprudência

Superior Tribunal de Justiça

AÇÃO RESCISÓRIA. Questão controvertida. Texto constitucional. Imunidade parlamentar.

Supremo Tribunal Federal

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. Poderes de investigação (CF, art. 58, § 3.º). Limitações constitucionais. Legitimidade do controle jurisdicional. Possibilidade de a CPI ordenar, por autoridade própria, a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico.

REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 41, out./dez. 2002.

Necessidade de fundamentação do ato deliberativo. Deliberação da CPI que, sem fundamentação, ordenou medidas de restrição a direitos. Mandado de segurança deferido.
